

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015

CONTINUIDADE DA POLITICA DE EXPLORAÇÃO, DESIGUALDADES E EMPOBRECIMENTO

Numa primeira análise da Proposta de Orçamento de Estado para 2015, constata-se que estamos perante um cenário macroeconómico que para além de irrealista, facto a que não será estranho a realização de eleições legislativas em 2015, aposta na continuação da política de empobrecimento generalizado do povo e do país com maior incidência para os trabalhadores da Administração Pública e das empresas do Sector Empresarial do Estado, e com fortes impactos negativos na despesa social, na pobreza e nas desigualdades.

A ficção quanto à redução do IRS – em contraposição à diminuição efectiva do IRC e a introdução de um novo imposto indirecto (fiscalidade verde) – e o não acautelamento do interesse nacional no que respeita a mais privatizações são também traços marcantes da política de direita e das opções do Governo do PSD/CDS, responsáveis pela degradação económica e social, a fragilização da democracia, o aumento da dívida e o enfraquecimento da soberania.

Com efeito a Proposta, por um lado, mantém a generalidade nas medidas de austeridade e introduz novos cortes e novas medidas de redução do rendimento: novos cortes na educação e nas transferências para o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social, redução de trabalhadores na Administração Central e Local assim como nas empresas do SEE, congelamento do valor da generalidade das pensões, manutenção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, limitação global do montante das prestações não contributivas.

Constata-se ainda não haver um esforço real ao nível do investimento público (o qual tem um crescimento inferior ao da variação do PIB) num contexto evolutivo de acentuada diminuição desde 2010, a qual contrasta com a astronómica verba – 8,9 MM€ em 2015 – paga em juros da dívida pública.

A CGTP-IN considera que é preciso travar esta política que persiste em colocar os trabalhadores e pensionistas, a pagarem a redução do défice com os seus salários e reformas e com o desemprego. Mais do que insistir numa política que arruína o país, os portugueses exigem uma política alternativa que rompa com o Tratado Orçamental, impulse o crescimento, melhore as condições de vida da população, reduza o desemprego, dinamize o investimento público e a procura interna.

GOVERNO PERSISTE EM ATACAR OS TRABALHADORES DO SECTOR PÚBLICO

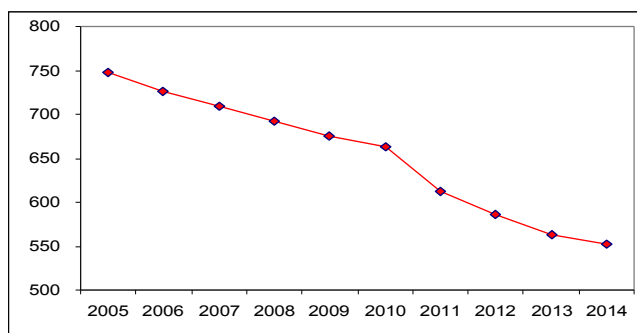
Neste quadro, embora o Governo tenha apresentado um orçamento eleitoralista traduzido no crescimento económico de 1,5%, mantém 80% dos cortes salariais efectuados (nos termos da Lei 75/2014). Simultaneamente mantém a política de exploração traduzida também no congelamento e restrições salariais, incluindo o regime de pagamento do subsídio de Natal em duodécimos para os trabalhadores da administração pública (o qual se aplica também aos pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações), o congelamento das carreiras, os prémios de desempenho, a redução do pagamento do trabalho extraordinário e a não alteração do valor do subsídio de refeição. Grande parte destas medidas apresentadas anteriormente como provisórias, são agora apresentadas pelo Governo como definitivas.

A dimensão do roubo na Função Pública

| RÚBRICAS | Período 2011-2015 Milhões € |
|--|--------------------------------|
| Congelamento salários | 1.700 |
| Corte nos salários | 4.400 |
| Apropriação subsídios em 2012 | 1.200 |
| Trabalho gratuito (35 para 40 horas) | 1.486 |
| Redução funcionários e aumento carga de trabalho | 1.047 |
| SOMA | 9.833 |

Entretanto a Administração Pública perdeu 122 mil empregos entre 2009 e o 1º semestre de 2014 e 195 mil desde 2005. A Proposta inclui, no quadro que quantifica as medidas de consolidação orçamental, uma redução da despesa de 313 M€ com a redução de efectivos por aposentação, com programas de rescisões por mútuo acordo e com a utilização da denominada “requalificação”. Segundo cálculos da CGTP-IN, tal política a concretizar-se, levará as Administrações Públicas a sofrer uma diminuição na ordem de 15.000 postos de trabalho em 2015.

Menos 122 mil empregos na Administração pública desde 2009



Fonte: DGAEP; 2014: em 30.6

A redução de emprego na Administração Central e Local e nas empresas públicas, a concretizar-se, para além do impacto negativo para os trabalhadores levará a uma diminuição dos serviços públicos e a problemas acrescidos para as populações, nomeadamente no interior do país.

FICÇÃO NA REDUÇÃO DO IRS E NOVA BAIXA DO IRC

Quanto à política fiscal, estamos perante uma ficção na redução do IRS e uma nova baixa real do IRC

Neste quadro a manutenção da sobretaxa de IRS de 3,5%, à semelhança de 2013 e 2014, já retirou aos trabalhadores e aos pensionistas mais de 1.400 milhões de euros em poder de compra.

A execução orçamental tem, desde 2013, sido sustentada pelo IRS, o qual teve aumentos de 35,5% e de 11,8% nos primeiros nove meses deste ano (e 46% de aumento face aos primeiros 9 meses de 2012). Este enorme aumento da incidência fiscal sobre os rendimentos do trabalho constitui uma das maiores injustiças na sociedade portuguesa e vai manter-se em 2015.

Importa ainda salientar que os rendimentos declarados para efeitos de IRS, em 2012, 90,5% foram de rendimentos de trabalho e pensões contra 9.5% de capital e propriedade.

Por outro lado, as pequenas alterações ao IRS – quociente familiar e a possibilidade de deduzir as despesas dos ascendentes com rendimentos até à pensão mínima –, entretanto anunciadas, limitam-se a redistribuir a carga fiscal, uma vez que as deduções à colecta sofrerão igualmente alterações, nomeadamente com a diminuição dos limites às mesmas. Neste quadro é preciso relembrar que 62% das famílias não pagam IRS, porque não auferem rendimentos para o fazer. Acresce que de acordo com os dados disponíveis, apenas 21% das famílias tem 4 ou mais pessoas no seu agregado familiar.

Com efeito a denominada “bolsa de despesas familiares” (600 €) que visa substituir a dedução por sujeito passivo, juros e educação, não passa de uma burla gigantesca!

(Um exemplo para um casal de trabalhadores ou pensionistas com rendimentos médios)

| DESIGNAÇÃO | Deduções actuais anuais no IRS | Dedução futura de acordo com reforma IRS do governo |
|---------------------------------------|--------------------------------|---|
| Sujeito passivo -casal (artº 79 CIRS) | 427,5 € | "Bolsa de despesa familiar" |
| Juros /rendas (artº 83 CIRS) | 229,0 € | |
| Educação -máximo (85º CIRS) | 670,7 € | |
| SOMA | 1.327,2 € | 600,0 € |
| REDUÇÃO | -727,2 € | -54,8% |

Entretanto, o Governo ao fazer depender a descida da sobretaxa da receita fiscal de IRS e de IVA do aumento da receita fiscal destes dois impostos face a 2014 está claramente a apontar na continuidade de um esbulho sem precedentes.

A baixa virtual da sobretaxa do IRS (ver aumento da receita em 2015) contrasta com a baixa efectiva e sem condicionalismos do IRC, cuja taxa passa de 23% para 21% (já em 2014 havia sido reduzida em 2 p.p.). A Proposta omite a perda de receitas resultante desta nova descida da taxa nominal, tal como omite a diminuição da carga fiscal que advém das restantes alterações ao IRC, feitas no âmbito da Reforma, cirurgicamente elaboradas para defender os interesses das grandes empresas e grupos económicos.

Objectivamente os factos e os números demonstram que, em 2014, enquanto os trabalhadores e pensionistas vão pagar mais 3.777 milhões de euros de IRS, as empresas vão pagar menos 583 milhões de euros de IRC.

Já quanto à fiscalidade verde apresentada como medida determinante da protecção do ambiente o que se verifica é que o seu grande objectivo visa obter mais receita fiscal.

A introdução da tributação sobre o carbono (15€ por tCO₂), determinará o aumento do preço dos combustíveis em cerca de 3% (aumento ao qual se soma o agravamento da contribuição sobre o sector rodoviário, integrado no ISP, em mais 160 milhões de euros), e o aumento do Gás Natural doméstico em mais de 4%. A tributação sobre o carbono irá também afectar o preço da electricidade, pelo que é correcto afirmar que se assistirá a um aumento generalizado do custo dos bens e serviços fundamentais. A revisão da Taxa de Gestão de Resíduos e da Taxa de Recursos Hídricos determinará de igual forma o aumento da despesa das famílias na factura da água e resíduos, a que se acrescenta o imposto sobre os sacos de plástico.

A fiscalidade verde consubstancia assim o aumento dos impostos indirectos em bens e serviços fundamentais (como a energia e a água), impostos que são cegos ao rendimento e, portanto, mais injustos. As propostas apresentadas neste âmbito determinam, assim, o agravamento da já profunda injustiça fiscal patente no actual sistema fiscal português.

Como se constata esta é uma proposta concebida, não para defender o ambiente, mas para atacar, fundamentalmente, os trabalhadores e os pensionistas.

GOVERNO DELAPIDA O PATRIMÓNIO PÚBLICO

Depois de nos últimos anos, empresas chave em sectores estratégicos, como a EDP, a ANA, os CTT, a Caixa Seguros terem sido privatizadas, o Governo pretende agora concluir a alienação da Caixa Seguros e da EGF, lançar a privatização da TAP ainda este ano, iniciar a concessão da exploração dos STCP, Metro Porto, da Carris e do Metropolitano de Lisboa e proceder a novas privatizações em 2015, nelas incluindo a CP Carga e a EMEF. Em muitas destas situações estamos perante uma nova versão das PPPs, com o Estado a ficar com a dívida, a iniciativa privada a assegurar os lucros e os utentes a pagar mais pelos serviços prestados.

A CGTP-IN considera que as privatizações que vêm sendo efectuadas e as previstas são contrárias ao interesse público; representam a perda de centros de decisão nacionais, normalmente em proveito de capital estrangeiro; retiram ao país instrumentos de política económica; e conduzem a uma maior subalternização da economia portuguesa no contexto internacional. O caso da PT é a seu ver ilustrativo de um crime contra a economia do país. Considera ainda que, no caso da TAP, seria liquidado o sector de transporte aéreo nacional (a ANA foi também já vendida); e que no da EGF, se põe em causa um direito básico (o direito à água e ao saneamento) o qual não deve ser sujeito a uma lógica mercantilista.

No quadro da criminoso destruição deste património público, a anunciada diminuição de 85 M€ nas indemnizações compensatórias para as empresas públicas de transportes, indicia novos ataques aos direitos dos trabalhadores assim como a redução de serviços e o aumento dos preços dos transportes para os utentes.

IMPACTOS NEGATIVOS NA DESPESA SOCIAL, NA POBREZA E NAS DESIGUALDADES

A Proposta representa novos cortes na despesa social, os quais atingem sobretudo a educação ao nível do ensino básico e secundário (-700 milhões de euros) e a justiça (-122 milhões de euros). Mas há outras áreas onde há também menores dotações, como a segurança social e o ensino superior. Estes cortes são ainda mais graves pelo facto de acumularem com os realizados nos últimos anos.

Neste âmbito a transferência para os municípios de cuidados de saúde primários, para além da descentralização de competências no domínio da educação e acção social, sem os meios financeiros necessários, configura uma linha de desresponsabilizações do Governo com os problemas acrescidos para as autarquias e as populações.

No domínio da segurança social, destaca-se a diminuição de transferências para o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social (LBSS) e a quebra da despesa prevista na generalidade das prestações, incluindo as pensões, as prestações de desemprego, o abono de família, o rendimento social de inserção e o Complemento Solidário para Idosos. Esta situação que atinge cerca de 1 milhão de pessoas é tanto mais inadmissível quando é assumido por um Governo que recentemente transferiu 29 milhões de euros da Segurança Social para financiar as empresas no aumento do SMN.

A introdução do chamado “tecto global para as prestações sociais não contributivas substitutivas de rendimentos do trabalho” é mais uma medida que para além de estigmatizar os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, vai contribuir para o aprofundamento da pobreza e da exclusão social em Portugal e pressionar para baixo os salários do pouco emprego a criar. A explicação dada no Relatório da Proposta de que esta medida é feita em nome de um “incentivo à valorização do trabalho e um estímulo à mobilidade”, e visa “aumentar a justiça social ao nível da distribuição dos rendimentos” (página 52), é esclarecedora da hipocrisia e cinismo de um Governo que enquanto tira 100 milhões de euros aos mais pobres, apenas cobra 30 milhões ao Sector Financeiro.

A situação é igualmente crítica no que respeita aos apoios às famílias e ao direito de segurança social. É conflagrador vermos o discurso do Governo sobre as alterações ao IRS (a qual também abrangeu a fiscalidade verde) todo centrado no apoio às famílias e na promoção da natalidade, quando tem sido praticada toda uma política que reduz o rendimento disponível das famílias e amputa as prestações sociais, incluindo no abono de família a crianças e a jovens, e de encetar sucessivas alterações à legislação laboral que promovem e precariedade, os baixos salários, o aumento das jornadas de trabalho e que, por isso, são manifestamente contrárias à pró-natalidade. A política de rendimentos e a retirada de direitos laborais estão no cerne dos problemas de natalidade que o país atravessa.

A política do Governo PSD/CDS que condena a população portuguesa ao empobrecimento, como se confirma pela proposta de Orçamento de Estado para 2015, tem de ser travada. A demissão imediata do Governo é, assim, cada vez mais necessária e urgente, e só uma política de esquerda e soberana poderá garantir mais e melhor emprego, a melhoria das condições de vida da população portuguesa, a reposição de direitos sociais e laborais, a justiça fiscal e o crescimento económico.

Lisboa, 20.10.2014